

Resumo De Direito Administrativo Descomplicado PDF

VICENTE PAULO



 Bookey

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Sobre o livro

Apresentação da Obra: Direito Administrativo Descomplicado

A obra em questão oferece uma exposição abrangente dos principais tópicos que envolvem o Direito Administrativo, empregando uma linguagem acessível e direta. Como se trata de um resumo da matéria, o texto se esforça para incluir uma análise detalhada das doutrinas fundamentais pertinentes a cada tema abordado, bem como para discutir as normas constitucionais e legais relevantes. Além disso, há um foco especial na jurisprudência, especialmente a do Supremo Tribunal Federal, acompanhada de comentários que enriquecem a compreensão do leitor.

Este livro se destina a proporcionar uma visão clara e concisa sobre diferentes aspectos do Direito Administrativo, sendo útil tanto para iniciantes que buscam noções básicas, quanto para profissionais mais experientes que necessitam de um material de revisão e fixação dos principais conceitos. Para aqueles que desejam um estudo mais aprofundado, recomendamos a leitura de nossa obra completa, "Direito Administrativo Descomplicado", que serviu como referência para a criação deste resumo.

Autoria: Marcelo Alexandrino & Vicente Paulo

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Por que usar o aplicativo Bookey é melhor do que ler PDF?



Teste gratuito com Bookey



Ad



Experimente o aplicativo Bookey para ler mais de 1000 resumos dos melhores livros do mundo

Desbloqueie **1000+** títulos, **80+** tópicos

Novos títulos adicionados toda semana

Product & Brand

Liderança & Colaboração

Gerenciamento de Tempo

Relacionamento & Comunicação

Estratégia de Negócios

Criatividade

Memórias

Conheça a Si Mesmo

Psicologia Positiva

Empreendedorismo

História Mundial

Comunicação entre Pais e Filhos

Autocuidado

Mindfulness

Visões dos melhores livros do mundo

Desenvolvimento Pessoal

Os 7 Hábitos das Pessoas Altamente Eficazes



Mini Hábitos



Hábitos Atômicos



O Clube das 5 da Manhã



Como Fazer Amigos e Influenciar Pessoas



Como Não



Teste gratuito com Bookey





Por que o Bookey é um aplicativo indispensável para amantes de livros



Conteúdo de 30min

Quanto mais profunda e clara for a interpretação que fornecemos, melhor será sua compreensão de cada título.



Clipes de Ideias de 3min

Impulsione seu progresso.



Questionário

Verifique se você dominou o que acabou de aprender.



E mais

Várias fontes, Caminhos em andamento, Coleções...

Teste gratuito com Bookey





As melhores ideias do mundo desbloqueiam seu potencial

Essai gratuit avec Bookey



Digitalizar para baixar

Resumo De Direito Administrativo Descomplicado

Resumo

Escrito por IdeaClips

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Quem deve ler este livro **Resumo De Direito Administrativo Descomplicado**

O livro "RESUMO DE DIREITO ADMINISTRATIVO

DESCOMPLICADO" de Vicente Paulo é ideal para estudantes de Direito que buscam uma compreensão clara e objetiva dos principais conceitos da disciplina, bem como para concurseiros que desejam se preparar para provas que incluem a matéria de Direito Administrativo. Professores e profissionais da área também podem se beneficiar da obra como um recurso de consulta rápida, facilitando a revisão de tópicos importantes. A linguagem acessível e a estrutura didática tornam a leitura adequada para qualquer pessoa interessada em aprofundar seu conhecimento sobre o funcionamento da administração pública e seus princípios.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Principais insights de Resumo De Direito Administrativo Descomplicado em formato de tabela

Capítulo	Tema	Principais Conceitos
1	Introdução ao Direito Administrativo	Definição, conceito e finalidades do Direito Administrativo.
2	Princípios do Direito Administrativo	Princípios como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
3	Atos Administrativos	Classificação, requisitos, tipos de atos, invalidade e revogação.
4	Poderes Administrativos	Poder de polícia, poder regulamentar, poder discricionário e poder hierárquico.
5	Serviços Públicos	Conceito, classificação e formas de prestação dos serviços públicos.
6	Agências Reguladoras	Função, criação e características das agências reguladoras.
7	Responsabilidade Civil do Estado	Teorias da responsabilidade, excludentes de responsabilidade e a responsabilidade por atos omissivos.
8	Licitações e Contratos	Conceito, modalidades, princípios das licitações e características dos contratos



Capítulo	Tema	Principais Conceitos
	Administrativos	administrativos.
9	Improbidade Administrativa	Definição, atos que configuram improbidade e as sanções aplicáveis.
10	Controle da Administração Pública	Tipos de controle: interno, externo e social.
11	Processo Administrativo	Princípios do processo administrativo, procedimento e recursos administrativos.
12	Direitos do Administrado	Direitos dos cidadãos frente à Administração Pública e sua proteção.
13	Conceito de Estado e Administração Pública	Diferença entre Estado, Governo e Administração; Conceito de Administração Pública.
14	Conclusão e Reflexões Finais	Síntese dos principais pontos abordados e a importância do Direito Administrativo na eficiência da Administração Pública.



Resumo De Direito Administrativo

Descomplicado Lista de capítulos resumidos

1. Introdução ao Direito Administrativo e suas Importâncias na Gestão Pública
2. Princípios Fundamentais do Direito Administrativo no Brasil
3. Atos Administrativos: Conceito, Classificação e Efeitos
4. Serviços Públicos e a Regulação da sua Prestação
5. Contratos Administrativos e a Administração Pública
6. Responsabilidade Civil do Estado e seu Contexto
7. Considerações Finais sobre o Direito Administrativo e suas Perspectivas

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

1. Introdução ao Direito Administrativo e suas Importâncias na Gestão Pública

O Direito Administrativo é um ramo do Direito Público que regula as relações entre a Administração Pública e os administrados, bem como a própria atuação administrativa do Estado. Sua importância se revela em diversas dimensões, principalmente no que diz respeito à eficiência, legalidade e moralidade na gestão pública. Neste contexto, compreender os fundamentos do Direito Administrativo é essencial para a formação de profissionais capacitados a lidar com as complexidades do setor público.

Em primeiro lugar, o Direito Administrativo estabelece normas e princípios que orientam a atuação da Administração Pública. Estes princípios têm como objetivo garantir que as ações do governo sejam realizadas de maneira racional e transparente, promovendo a justiça social e protegendo os direitos dos cidadãos. Isso diz respeito à necessidade de que os atos administrativos estejam sempre fundamentados em razões de interesse público, evitando arbitrariedades e favorecimentos.

Além disso, a aplicação dos preceitos do Direito Administrativo é fundamental para o desenvolvimento de uma gestão pública eficiente. Um administrador que compreende as regras e princípios desse ramo do direito está mais bem preparado para implementar políticas públicas eficazes e responder às demandas da sociedade. Isso inclui o estabelecimento de



processos transparentes, a prestação de contas e a promoção da participação popular nas decisões administrativas.

O Direito Administrativo também desempenha um papel crucial na regulação de serviços públicos. Muitas das atividades essenciais para a sociedade, como saúde, educação e segurança, são exercidas pelo Estado ou por entidades a ele conveniadas. Portanto, a regulação do fornecimento desses serviços, bem como a supervisão das parcerias com a iniciativa privada, são temas que exigem atenção especial sob a ótica do Direito Administrativo.

Outro ponto importante é a questão da responsabilidade civil do Estado. O Direito Administrativo prevê situações em que a Administração Pública pode ser responsabilizada por danos causados a terceiros, garantindo uma proteção adicional aos cidadãos. Essa responsabilidade estimula um comportamento mais cuidadoso e proativo por parte dos gestores públicos, promovendo práticas que visam a proteção dos bens públicos e dos interesses coletivos.

Assim, a introdução ao Direito Administrativo e sua importância na gestão pública se mostram fundamentais para a criação de um Estado mais eficiente, ético e próximo de seu cidadão. É por meio do conhecimento e respeito a essas normas e princípios que se pode construir uma



administração pública que atenda aos anseios da população, assegurando um futuro mais justo e administrado de acordo com preceitos legais e morais.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

2. Princípios Fundamentais do Direito Administrativo no Brasil

Os Princípios Fundamentais do Direito Administrativo no Brasil são diretrizes que orientam a atuação da Administração Pública, garantindo a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme estabelece o caput do artigo 37 da Constituição Federal de 1988. Essa constituição consolida um marco legal que visa assegurar um serviço público de qualidade, respeitando os direitos dos cidadãos e promovendo a justiça social.

A legalidade, primeiro princípio, determina que a Administração Pública deve agir estritamente dentro da lei, ou seja, todo e qualquer ato administrativo deve ter respaldo em normas legais previamente estabelecidas. Isso significa que a administração não pode atuar arbitrariamente, mas sim conforme o que a legislação determina. Essa imposição garante que o poder público não extrapole suas competências e que os atos praticados pelos agentes públicos sejam passíveis de controle judicial.

Seguindo-se, a impessoalidade enfatiza que a atuação da Administração Pública deve ser objetiva e neutra, visando o interesse público e não interesses pessoais dos servidores ou de grupos específicos. Esse princípio busca evitar favoritismos e práticas de clientelismo, assegurando que todos



sejam tratados com igualdade, independentemente de suas relações pessoais ou políticas.

A moralidade é um princípio que abrange não apenas a legalidade, mas também a ética nas ações administrativas. Isso implica que os atos públicos devem refletir valores morais e éticos, estimulando condutas que sejam congruentes com o bem comum e os princípios de justiça. Dessa forma, espera-se que os administradores públicos, além de obedecer à norma jurídica, se pautem por uma conduta digna e transparente.

A publicidade é um princípio fundamental que assegura que os atos administrativos sejam divulgados amplamente, permitindo o controle social e a transparência da gestão pública. A norma garante que os cidadãos tenham acesso a informações sobre as decisões e ações governamentais, facultando-lhes o exercício do controle social e a possibilidade de questionar ou contestar procedimentos que considerem inadequados ou que não atendam ao interesse coletivo.

Por fim, o princípio da eficiência, estabelecido de forma mais explícita pela Emenda Constitucional nº 19/1998, impõe à Administração Pública a busca por um desempenho otimizado na prestação de serviços, promovendo melhor uso dos recursos públicos e atendendo às necessidades da população com maior qualidade. Esse princípio destaca a importância da continuidade



de melhorias administrativas, tanto na prestação dos serviços quanto na gestão de pessoas e recursos materiais.

Esses princípios, ao interligarem-se, constroem a base do Direito Administrativo no Brasil, estabelecendo limites e diretrizes que visam proteger os direitos dos cidadãos e assegurar que a Administração Pública atue com responsabilidade, ética e nos moldes da legalidade. No entanto, a efetividade desses princípios depende do comprometimento dos gestores públicos e da vigilância da sociedade civil, que deve se manter atenta e ativa no acompanhamento das atividades da administração pública.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

3. Atos Administrativos: Conceito, Classificação e Efeitos

Os atos administrativos são manifestações unilaterais da vontade da administração pública, que visam a produção de efeitos jurídicos em conformidade com o interesse público. Eles se caracterizam por uma série de particularidades que os distinguem de outros atos jurídicos, sendo essenciais à realização das funções estatais. Neste contexto, o conceito de ato administrativo se torna fundamental para a compreensão do Direito Administrativo, uma vez que eles são os instrumentos pelos quais a administração pública exerce suas prerrogativas.

Para classificar os atos administrativos, o autor Vicente Paulo apresenta diferentes critérios. Um dos mais utilizados é a classificação quanto à sua forma, que pode ser: atos orais, atos escritos ou atos administrativos em sentido estrito. Outra forma de classificação diz respeito ao conteúdo do ato, distinguindo atos vinculados, que são aqueles em que a administração não possui margem de manobra para decidir, e atos discricionários, onde há liberdade de decidir a melhor forma de atender ao interesse público. Além disso, os atos administrativos também podem ser classificados quanto aos efeitos, podendo ser efeitos imediatos ou diferidos, dependendo do momento em que os efeitos práticos se manifestam.

Os atos administrativos podem ser ainda classificados pela sua abrangência



territorial, como atos municipais, estaduais ou federais, e pela sua relevância, como atos normativos e atos ordinários. Cada uma dessas categorias apresenta características específicas que devem ser consideradas na sua prática e análise.

Os efeitos dos atos administrativos são variáveis e dependem da natureza do ato e do contexto em que é emitido. De forma geral, os atos administrativos podem produzir efeitos imediatos, como no caso de uma licença ou uma autorização, ou efeitos que dependem de uma condição anterior, como nas situações em que a administração pública deve realizar uma prévia notificação ou participação dos cidadãos antes que o efeito se concretize.

Adicionalmente, é importante ressaltar que os atos administrativos estão sujeitos ao princípio da legalidade e devem respeitar os limites impostos pela lei, sendo passíveis de controle judicial. Isso garante que a administração pública atue dentro dos parâmetros estabelecidos pela ordem jurídica, prevenindo abusos de poder e excessos.

Diante disso, a compreensão dos atos administrativos, suas classificações e seus efeitos é fundamental para o operador do Direito, uma vez que esses atos não apenas regulamentam a atuação da administração, mas também garantem a proteção dos direitos dos administrados. A articulação entre teoria e prática nesse contexto é essencial para a efetividade das normas



administrativas e para a promoção da justiça social na atuação do Estado.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

4. Serviços Públicos e a Regulação da sua Prestação

Os serviços públicos são atividades essenciais realizadas pelo Estado ou por entidades por ele delegadas, com o objetivo de atender às necessidades da população e promover o bem-estar social. No Brasil, a prestação de serviços públicos é um componente fundamental da ação governamental, sendo regida por princípios que garantem sua eficiência, universalidade e continuidade.

A Constituição Federal de 1988 reconhece a importância dos serviços públicos ao estabelecer em seu artigo 175 que "a prestação de serviços públicos é, em regra, responsabilidade do Poder Público, direto ou indireto", o que ressalta a função social do Estado. Essa disposição legal confere ao Estado a incumbência de garantir que os serviços essenciais, como saúde, educação, transporte, água e saneamento, sejam prestados de forma acessível e de qualidade a todos os cidadãos, sem discriminação.

Diante dessa responsabilidade, surgem a necessidade de regulamentação e supervisão da prestação desses serviços. A regulação é o mecanismo pelo qual o Estado estabelece normas e parâmetros para garantir que as empresas que operam os serviços públicos cumpram com suas obrigações e ofereçam um serviço de qualidade. Essa regulação pode ser realizada de forma direta ou indireta, dependendo da natureza do serviço e da maneira como é



prestado.

A regulação também se aplica aos serviços que são delegados à iniciativa privada, que deve seguir as diretrizes estabelecidas pelo Estado. O poder concedente - normalmente um município, estado ou união - exige que a concessionária atenda a princípios de qualidade, eficiência e respeito aos direitos do consumidor. Isso se torna especialmente importante em setores onde existe uma clara assimetria entre os prestadores e os consumidores, como no setor de energia elétrica e saneamento básico.

Entre os instrumentos regulatórios empregados, destacam-se as resoluções das agências reguladoras, que têm competências específicas para supervisionar e regular serviços públicos em determinados setores. Essas agências, como a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), desempenham um papel crucial, definindo padrões de qualidade, tarifas e condições de prestação, e acompanhando o desempenho das empresas prestadoras dos serviços.

A relação entre prestadoras de serviços públicos e cidadãos é mediada por contratos, onde estão estabelecidas as obrigações da concessionária e os direitos dos usuários. Estes contratos devem respeitar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme o

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

estabelecido pela Lei de Licitações (Lei nº 8.666/1993) e pelo novo marco legal das concessões e PPPs (Lei nº 11.079/2004).

Em um cenário em que as demandas sociais são crescentes e os recursos são limitados, a regulação da prestação de serviços públicos se torna ainda mais significativa. Um regime regulatório adequado assegura não só a proteção ao usuário, mas também a sustentabilidade do serviço prestado, refletindo um equilíbrio entre os interesses públicos e privados. Portanto, a regulação da prestação de serviços públicos é um tema central no Direito Administrativo brasileiro, pois fundamenta a forma como o Estado interage com seus cidadãos e com o mercado, buscando sempre promover o interesse público.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

5. Contratos Administrativos e a Administração Pública

Os contratos administrativos são instrumentos fundamentais na relação entre a Administração Pública e os particulares, representando um elo essencial na consecução das metas e objetivos públicos. Esses contratos são regidos por normas específicas que visam garantir a eficiência e a legalidade nas relações administrativas, bem como assegurar que os interesses da coletividade sejam prioritariamente respeitados.

A legislação brasileira, especialmente a Lei de Licitações (Lei nº 8.666/1993), estabelece um regime jurídico diferenciado para os contratos administrativos, o que se reflete em algumas características específicas que os distinguem dos contratos privados. Entre essas características, destacam-se a natureza pública das obrigações, a supremacia do interesse público sobre o privado e a modificação unilateral do contrato pela Administração, em circunstâncias previamente estipuladas.

Os contratos administrativos podem abranger diversas modalidades, a exemplo de contratos de prestação de serviços, fornecimento de bens e obras. Cada modalidade apresenta suas particularidades, e as exigências legais variam conforme o objeto do contrato. A Administração Pública, ao firmar esses contratos, deve seguir rigorosamente os princípios da publicidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e legalidade, a fim de



garantir a transparência e o controle social sobre suas ações.

Além disso, é essencial que a Administração realize uma análise cuidadosa da viabilidade técnica e econômica do objeto contratual antes da sua celebração, respeitando assim o princípio da eficiência. A exigência de garantias para contratos de maior vulto também é uma prática comum, servindo como tutela em caso de descumprimento de obrigações.

Outro ponto de destaque é a possibilidade de revisão e alteração dos contratos administrativos, que se dá em situações tais como mudança do valor contratual, modificação do seu objeto, ou por força de intervenções legais ou necessidades de interesse público. Essa flexibilidade é um mecanismo importante que permite à Administração Pública adaptar-se a novas realidades e demandas sociais, assegurando, assim, a continuidade da prestação de serviços e a utilização adequada dos recursos públicos.

Por fim, vale enfatizar que o descumprimento das obrigações contratuais gera consequências que podem se traduzir em responsabilidades tanto para a Administração Pública quanto para os particulares envolvidos. Assim, é imprescindível o acompanhamento e a fiscalização constantes da execução dos contratos, para que se evitem prejuízos ao patrimônio público e se assegurem os direitos da população.



Em suma, os contratos administrativos são instrumentos essenciais para o funcionamento da Administração Pública, e a sua gestão requer cuidados especiais, considerando a relevância das ações administrativas na promoção do bem-estar social e no desenvolvimento sustentável. Com isso, a eficiência, eficácia e transparência nas contratações públicas são pilares que sustentam a confiança da sociedade nas instituições e na gestão pública como um todo.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

6. Responsabilidade Civil do Estado e seu Contexto

A responsabilidade civil do Estado é um dos temas mais relevantes e complexos do Direito Administrativo brasileiro, envolvendo a análise de quando e como o Estado pode ser responsabilizado por danos que causa a terceiros no exercício de suas funções. Essa abordagem é essencial para garantir a reparação a cidadãos que, em razão de ações ou omissões do poder público, sofreram perdas ou prejuízos.

No Brasil, a responsabilidade civil do Estado é regida pelo princípio da legalidade, pela Constituição Federal e por normas infraconstitucionais. A responsabilidade do Estado é objetiva, ou seja, não é necessário provar dolo ou culpa; basta que o dano tenha ocorrido em decorrência da atividade estatal. Esse entendimento está fundamentado no artigo 37, § 6º, da Constituição, que estabelece que "as pessoas jurídicas de direito público respondem pelos danos que seus funcionários, nessa qualidade, causarem a terceiros". Assim, mesmo que o ato praticado tenha sido legítimo, o Estado deve arcar com as consequências de seus atos.

No contexto da responsabilidade civil do Estado, podemos distinguir entre a responsabilidade por atos lícitos e a responsabilidade por atos ilícitos. Nos atos ilícitos, há a realização de condutas que violam normas e, portanto, geram danos a terceiros. Já nos atos lícitos, a responsabilidade se manifesta



quando, mesmo em atos realizados de acordo com a lei, ocorre um dano que resulta de uma atividade estatal que cria risco ao cidadão, como por exemplo, a construção de obras públicas que venham a causar danos ao particular.

Além da responsabilidade objetiva, existem alguns pontos a considerar, como a teoria do risco administrativo. Essa teoria propõe que o Estado, ao atuar, assume um risco que deve ser compensado com a reparação dos danos causados, não importando se houve culpa ou omissão na ação estatal. Este conceito é especialmente aplicado em atividades que envolvem a exploração de serviços públicos, onde a probabilidade de ocorrer dano é maior e, portanto, a responsabilidade do Estado é também mais ampla.

Outro aspecto importante é a questão da imunidade do Estado, que gera discussões acaloradas. Em determinadas situações, o Estado pode ser isento da responsabilidade civil, como em casos de força maior ou de atos de terceiros sobre os quais não tem controle. Entretanto, essa imunidade não é absoluta e deve ser analisada caso a caso, levando em conta o princípio da função social do Estado.

Em suma, a responsabilidade civil do Estado é um mecanismo essencial para a proteção dos direitos dos cidadãos, assegurando que a Administração Pública responda por suas ações e busque reparar os danos causados. Essa



questão revela uma função educativa do Direito, ao estimular a Administração a agir com cautela e a implementar políticas públicas que visem à proteção e ao bem-estar da população, sempre buscando a equidade e a justiça em suas ações.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

7. Considerações Finais sobre o Direito Administrativo e suas Perspectivas

Ao concluir este resumo sobre o Direito Administrativo, é essencial destacar a relevância dessa disciplina no contexto da gestão pública contemporânea.

O Direito Administrativo não é apenas um conjunto de regras; ele é um reflexo da maneira como o Estado se relaciona com o cidadão e a sociedade. Suas normas e princípios visam garantir a eficácia da administração pública, promovendo a justiça, a legalidade e, acima de tudo, a proteção do interesse coletivo. A compreensão das nuances dessa área do Direito é fundamental para todos os agentes públicos, uma vez que suas decisões impactam diretamente a vida das pessoas e o funcionamento das instituições.

Os princípios fundamentais que regem o Direito Administrativo no Brasil, como a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, estabelecem um padrão ético e operativo para a atuação do Estado. Eles asseguram que a administração pública atue de forma transparente e responsável, permitindo que os cidadãos possam exigir seus direitos e acessar os serviços que lhes são devidos. Assim, a manutenção desses princípios é imprescindível para fortalecer a confiança entre o Estado e a população, essencial para a estabilidade democrática.

Além disso, ao abordar os atos administrativos, serviços públicos e contratos administrativos, fica evidente a complexidade da gestão pública. Cada um



desses aspectos vem acompanhado de regras específicas que visam garantir tanto a eficiência na prestação de serviços, quanto a proteção dos direitos dos administrados. A análise da responsabilidade civil do Estado revela que a administração pública deve ser responsabilizada por suas ações ou omissões que causem danos a terceiros, refletindo um avanço no reconhecimento dos direitos dos cidadãos frente ao poder estatal.

As perspectivas futuras do Direito Administrativo são animadoras, especialmente no que tange à transformação digital e à modernização da administração pública. A incorporação de tecnologias e processos inovadores deve facilitar a transparência e a eficiência das ações governamentais. No entanto, é imperativo que a aplicação dessas novas ferramentas respeite e preserve os direitos fundamentais, evitando a desumanização da administração em face da eficiência.

Portanto, é necessário que as instituições se adaptem a essas mudanças, capacitando seus agentes para atuarem em um ambiente cada vez mais dinâmico e exigente. Além disso, a formação contínua em Direito Administrativo se torna um pilar fundamental para que os profissionais compreendam e apliquem as normas que regulam a administração pública com diligência e responsabilidade. Assim, o Direito Administrativo não é apenas um campo jurídico, mas um meio de promover o bem-estar coletivo, uma vez que sua aplicação correta pode levar à construção de um Estado



mais justo e eficiente, que atenda às necessidades de todos os cidadãos.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

5 citações chave de **Resumo De Direito Administrativo Descomplicado**

1. O Direito Administrativo é o ramo do direito que regula as relações entre a administração pública e os administrados.
2. Os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência são fundamentais para a atuação da administração pública.
3. A Licitação é um processo administrativo obrigatório para a contratação de obras, serviços, compras e alienações pelo Poder Público.
4. Os atos administrativos podem ser classificados quanto à vinculação ao direito, criando direitos e obrigações para os administrados.
5. A responsabilidade civil do Estado ocorre quando há um dano causado em razão de um ato administrativo lícito ou ilícito.





Digitalizar para baixar



Bookey APP

Mais de 1000 resumos de livros para fortalecer sua mente

Mais de 1M de citações para motivar sua alma

Clipes de ideias de 3 minutos

Acelere seu progresso

Evitar Críticas em Relacionamentos Interpessoais

Criticar os outros apenas provoca resistência e prejudica a autoestima deles, despertando ressentimento ao invés de resolver problemas. Lembre-se de que qualquer tolo pode criticar, mas é preciso caráter e autocontrole para ser compreensivo e perdoar.

Exemplo(s) ▶

Como Fazer Amigos e Influenciar Pessoas

Mantenha a Sequência

Desafio de crescimento de 21 dias

Desafio de Crescimento Pessoal de 21 Dias

Meta diária: 0/5 min
Lêla ou ouça para atingir sua meta

1	2	3	4	5
6	7	8	9	10
11	12	13	14	15
16	17	18	19	20

DIA 21
Obter recompensa do desafio

0 vezes
Você completou

Descobrir Biblioteca Eu

Escolha sua área de foco

Quais são seus objetivos de leitura?

Escolha de 1 a 3 objetivos

- Ser uma pessoa eficaz
- Ser um pai melhor
- Ser feliz
- Melhorar habilidades sociais
- Abrir a mente com novos conheci...
- Ganhar mais dinheiro
- Ser saudável

Continuar